



Processo Legislativo

Processo	Data/Hora
2025-347	06/08/2025 10:52
Unidade	
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DAD)	
Solicitante	
RODRIGO GOMES MASSULO	
Tipo	
Processo Legislativo	
Assunto	
PL - ALTERAÇÃO PLANO CARREIRA SERVIDORES	
Descrição	
PL - Alteração Plano de Carreira - Of. Mens. 290/25-GPM - Regime Suplementar Médico Veterinário SIM e ampliação Oficial Administrativo SEMAF	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. Mens. nº 290/25-GPM.

Santo Antônio da Patrulha, 6 de agosto de 2025.

A Sua Excelência

Senhor André Luis de Oliveira Selistre,
Presidente da Câmara de Vereadores,
Santo Antônio da Patrulha, RS.

Assunto: **Projeto de Lei.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores:

Enviamos o Projeto de Lei que Altera dispositivo da Lei Municipal n.º 6.487, de 21 de março de 2012, que “Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências”, para apreciação e votação por essa Casa.

Esse Projeto de Lei justifica-se para atender demandas das seguintes Secretarias Municipais:

I - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente - necessidade de criar um regime suplementar de trabalho para o cargo de Médico Veterinário, vinculado ao Departamento de Expansão Rural (Serviço de Inspeção Municipal), para atuar até o total de 40 horas semanais, devido a alta demanda de inspeção sanitária em abatedouros e outros estabelecimentos sob inspeção, conforme Mem. nº 327/2025-SEMAM, Processo Eletrônico 2025-2421; e

II - Secretaria Municipal da Administração e Finanças - necessidade de ampliação de uma vaga para Oficial Administrativo, para nomeação por Concurso Público, passando de 72 para 73 vagas, a fim de atender demandas do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, para cumprimento de orientações do TCE-RS, bem como do alto fluxo de trabalho diário, conforme Mem. n.º 553/2025 - DEC, Processo Eletrônico 2025-5245.

Atenciosamente,

Rodrigo Gomes Massulo,
Prefeito Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela TPEK.KIPG.KWQA.GKK7



PROJETO DE LEI Nº _____/2025

Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 6.487, de 21 de março de 2012, que “Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências.”

Art. 1º Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei Municipal n.º 6.487, de 21 de março de 2012, que “Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências”, como segue:

I - Fica alterado o número de cargos da Categoria Funcional abaixo relacionada, constante no Quadro de Cargos de Provedimento Efetivo, previsto no artigo 3.º, como segue:

“Denominação da Categoria Funcional	Nº de Cargos	Padrão
Oficial Administrativo	73	13”

II - Fica inserida a Seção XIX - Da convocação para regime suplementar de jornada de trabalho para Médico Veterinário da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, bem como o artigo 46-L, junto ao CAPÍTULO VI - DO QUADRO DE GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS, DO REGIME SUPLEMENTAR DE TRABALHO E DA TABELA DE PAGAMENTO, com a seguinte redação:

“Seção XIX

Da convocação para regime suplementar de jornada de trabalho para Médico Veterinário da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Art. 46-L. O servidor detentor do cargo de provimento efetivo baixo relacionado, com carga horária menor que 40 (quarenta) horas semanais, que atua junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente poderá ser convocado para regime suplementar de jornada de trabalho para totalizar, no máximo, a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, para atender necessidades excepcionais ou na inexistência de concurso público para os respectivos cargos, em conformidade com o previsto nesta Lei, de acordo com o seguinte limite:



I – Médico Veterinário - 1 (uma) convocação.

§1º A convocação para trabalhar em regime suplementar será concedida por Portaria Municipal, após despacho favorável consubstanciado em pedido fundamentado expedido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no qual fique demonstrada a necessidade da medida.

§2º Pelo trabalho em regime suplementar o servidor perceberá valor correspondente ao vencimento básico da classe em que se encontrar, observadas a proporcionalidade das horas suplementadas.

§3º O regime suplementar não se incorporará ao vencimento e tampouco sofrerá desconto para o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor.

§4º Quando não houver mais necessidade de trabalho em regime suplementar, a convocação será revogada, passando o servidor a cumprir sua jornada normal de trabalho.

§5º O regime suplementar de jornada de trabalho deverá ser por período de até um (01) ano, prorrogando-se, por meio de Portaria, em razão da necessidade justificada pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

§6º O servidor que for convocado para cumprir regime suplementar de jornada de trabalho não poderá ser designados para exercer funções de confiança."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão custeadas por dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 6 de agosto de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela UYX9.KYAZ.DBZK.JIO3

Santo Antônio da Patrulha		ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	
		Número de Ordem: 129/2025	Referência: Maio/ 2025
		Data da Elaboração: 31/07/2025	R\$ 1.000
A) SITUAÇÃO QUE EXIGE A DEMONSTRAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO			
1) <input type="checkbox"/> Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)			
2) <input checked="" type="checkbox"/> Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado (LC 101, art. 17)			
3) <input type="checkbox"/> Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)			
4) <input type="checkbox"/> Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)			
5) <input type="checkbox"/> Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)			
Descrição da Situação:			
Criação de 1 (um) regime suplementar de trabalho para o cargo de Médico Veterinário, vinvulado ao Departamento de Expansão Rural, conforme Mem 327/2025 SEMAM, Planilha RH e processo Eletrônico 2421-2025.			
Espécies de Recursos:		Situações Cabíveis	
1) <input type="checkbox"/> Aumento de Receitas (aumento de alíquotas, base de cálculo)		2, 3	
2) <input type="checkbox"/> Diminuição de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado		2	
3) <input type="checkbox"/> Previsão (a menor) no orçamento - Anexo de Renúncia de Receita		3	
4) <input type="checkbox"/> Previsão da despesa no orçamento e na programação financeira		1, 2, 3 (quando a renúncia for subsídio) 4 e 5	
5) <input checked="" type="checkbox"/> Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C		2 e 3	
C) EM CASO DE SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 16 e 17 da LC nº 101/2000:			
1) Classificação orçamentária completa por onde vai correr a despesa:		Fonte	Valor
Estrutura Programática	Descrição	Recurso	
08.02.20.606.0002.2132.3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1500	204.951
2) Previsão na Lei de Diretrizes e no PPA:			
2.1) <input type="checkbox"/> Não			
2.2) <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Número da ação (projeto/atividade) LDO e PPA:			
D) IMPACTO FINANCEIRO			
Programação da despesa (situação 1, 2, 4 e 5)			Situação Contábil no sistema financeiro:
meses	1º ano	2º ano	3º ano
janeiro		7.008	7.253
fevereiro		7.008	7.253
março		7.008	7.253
abril		7.008	7.253
maio		7.008	7.253
junho		7.008	7.253
julho		7.008	7.253
agosto	6.764	7.008	7.253
setembro	6.764	7.008	7.253
outubro	6.764	7.008	7.253
novembro	6.764	7.008	7.253
dezembro	6.764	7.008	7.253
Soma	33.821	84.093	87.036
Vínculo: 1500			0000000 -Livre
Ativo Financeiro mês anterior:			21.243.543
a)(-) Passivo Financeiro mês anterior:			1.909.997
b)(=) Resultado Financeiro mês anterior			19.333.547
c)(+) receitas primeiro ano 2025			61.326.847
d)(-) despesas primeiro ano 2025			47.796.389
e)(=) Resultado Financeiro projetado ano 2025			32.864.005
f)(+) receitas segundo ano 2026			108.449.494
g)(-) despesas segundo ano 2026			77.611.954
h)(+) receitas terceiro ano 2027			112.245.227
i)(-) despesas terceiro ano 2027			80.417.075
j)(=) situação financeira antes do Impacto			95.529.697
l)(- gastos impacto) = situação projetada			95.324.745
m)(-) déficit recursos projetados cfe decreto da Programação financeira (MDE, ASPS, FMAS, FMH)			17.394.755
n)(Resultado 2025 - déficit)(e-m) = situação projetada ano 2025			15.469.250
o)Situação projetada - déficit 2026 e 2027 ((m + 3,6%) + ((m + 3,6%)+3,5%))			36.672.666
p)(- gastos impacto) = situação projetada após impacto			41.257.324
3) Conclusões:			
(x) O impacto demonstra capacidade financeira de realização do objeto			
() O impacto não demonstra capacidade financeira de realização do objeto			
Observação Setor Orçamentário:			
Observação do Ordenador:			
E) COMPATIBILIDADE AS METAS FISCAIS 2025			
Primário:R\$ -27.035.248,35		Nominal:R\$ 708.632,22	
Assinado eletronicamente por: DIEGO DIAS DOS SANTOS, OFICIAL ADMINISTRATIVO (A), em 31/07/2025, às 10:40:05			
Responsável pela elaboração		Ordenador da despesa	
Diego Dias dos Santos		Rodrigo Gomes Massulo	
Metodologia: Para calcular o Ativo e o Passivo financeiro, foram utilizados dados da disponibilidade financeira do mês de Maio de 2025. As receitas e despesas conforme a programação financeira de Maio/2025 mais impactos anteriores.			

Santo Antônio da Patrulha		ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	
		Número de Ordem: 135/2025	Referência: Maio/ 2025
		Data da Elaboração: 06/08/2025	R\$ 1.000
A) SITUAÇÃO QUE EXIGE A DEMONSTRAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO			
1) <input type="checkbox"/> Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)			
2) <input checked="" type="checkbox"/> Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado (LC 101, art. 17)			
3) <input type="checkbox"/> Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)			
4) <input type="checkbox"/> Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)			
5) <input type="checkbox"/> Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)			
Descrição da Situação:			
Criação de 1 (um) cargo de Oficial Administrativo para o setor de Patrimônio , conforme Mem 553/2025 SEMAF, Planilha RH e processo Eletrônico 5245-2025.			
Espécies de Recursos:		Situações Cabíveis	
1) <input type="checkbox"/> Aumento de Receitas (aumento de alíquotas, base de cálculo)		2, 3	
2) <input type="checkbox"/> Diminuição de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado		2	
3) <input type="checkbox"/> Previsão (a menor) no orçamento - Anexo de Renúncia de Receita		3	
4) <input type="checkbox"/> Previsão da despesa no orçamento e na programação financeira		1, 2, 3 (quando a renúncia for subsídio) 4 e 5	
5) <input checked="" type="checkbox"/> Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C		2 e 3	
C) EM CASO DE SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 16 e 17 da LC nº 101/2000:			
1) Classificação orçamentária completa por onde vai correr a despesa:		Fonte	Valor
Estrutura Programática	Descrição	Recurso	
03.02.04.122.0002.2068.3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1500	122.670
2) Previsão na Lei de Diretrizes e no PPA:			
2.1) <input type="checkbox"/> Não			
2.2) <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Número da ação (projeto/atividade) LDO e PPA:			
D) IMPACTO FINANCEIRO			
Programação da despesa (situação 1, 2, 4 e 5)			Situação Contábil no sistema financeiro:
meses	1º ano	2º ano	3º ano
janeiro		4.194	4.341
fevereiro		4.194	4.341
março		4.194	4.341
abril		4.194	4.341
maio		4.194	4.341
junho		4.194	4.341
julho		4.194	4.341
agosto	4.049	4.194	4.341
setembro	4.049	4.194	4.341
outubro	4.049	4.194	4.341
novembro	4.049	4.194	4.341
dezembro	4.049	4.194	4.341
Soma	20.243	50.332	52.094
Vínculo: 1500 0000000 -Livre			
Ativo Financeiro mês anterior:			21.243.543
a)(-) Passivo Financeiro mês anterior:			1.909.997
b)(=) Resultado Financeiro mês anterior			19.333.547
c)(+) receitas primeiro ano 2025			61.326.847
d)(-) despesas primeiro ano 2025			48.201.572
e)(=) Resultado Financeiro projetado ano 2025			32.458.822
f)(+) receitas segundo ano 2026			108.449.494
g)(-) despesas segundo ano 2026			77.696.048
h)(+) receitas terceiro ano 2027			112.245.227
i)(-) despesas terceiro ano 2027			80.504.111
j)(=) situação financeira antes do Impacto			94.953.384
l)(- gastos impacto) = situação projetada			94.830.714
m)(-) déficit recursos projetados cfe decreto da Programação financeira (MDE, ASPS, FMAS, FMH)			17.900.004
n)(Resultado 2025 - déficit)(e-m) = situação projetada ano 2025			14.558.818
o)Situação projetada - déficit 2026 e 2027 ((m + 3,6%) + ((m + 3,6%)+3,5%))			37.737.863
p)(- gastos impacto) = situação projetada após impacto			39.192.847
3) Conclusões:			
(x) O impacto demonstra capacidade financeira de realização do objeto			
() O impacto não demonstra capacidade financeira de realização do objeto			
Observação Setor Orçamentário:			
Observação do Ordenador:			
E) COMPATIBILIDADE AS METAS FISCAIS 2025			
Primário:R\$ -27.035.248,35		Nominal:R\$ 708.632,22	
Responsável pela elaboração Diego Dias dos Santos			
Ordenador da despesa Rodrigo Gomes Massulo			
Metodologia: Para calcular o Ativo e o Passivo financeiro, foram utilizados dados da disponibilidade financeira do mês de Maio de 2025. As receitas e despesas conforme a programação financeira de Maio/2025 mais impactos anteriores.			



INFORMAÇÃO

Informo que o Projeto de Lei vinculado ao Processo Legislativo n.º 347/2025, foi registrado através do n.º 335/2025, sob o n.º de Protocolo n.º 3324/2025, em 06 de agosto de 2025, às 16h28.

Santo Antônio da Patrulha, 06 de agosto de 2025.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela J1LT.MW6M.UHSR.QFHT

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA FRAGA MOREIRA**, em 06/08/2025 às 16:34:28.



Of. n.º 1247/2025

Santo Antônio da Patrulha, 11 de agosto de 2025.

A Sua Excelência
Senhor Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal,
Santo Antônio da Patrulha - RS.

Assunto: **Envio de Projeto de Lei.**

Encaminho o **Projeto de Lei 335/2025**, que " Altera dispositivos da Lei Municipal nº 6.487, de 21 de março de 2012, que "Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Poder Executivo Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências" - Gratificação por Escolaridade e Desempenho ", o qual foi apreciado durante a 28ª Reunião Ordinária, realizada na data de 11 de agosto, junto à Sessão Legislativa de 2025, por acordo de lideranças, foi aprovado por unanimidade..

Atenciosamente,

Vereador André Luis de Oliveria Selistre,
Presidente do Legislativo Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela VEVH.XI2U.9WSA.IORI

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS DE OLIVEIRA SELISTRE**, em 12/08/2025 às 08:03:17.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Processo Legislativo 2025-347

Mateus, no dia que você foi na CCJ, era para inclusão na LDO, agora, tem que ir para criação do cargo.

Documento assinado eletronicamente por **CLEIA JUÇARA AIROLDI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAF)** em 06/08/2025 às 17:06:32.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI N.º 10.639, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

Altera dispositivo da Lei Municipal n.º 6.487, de 21 de março de 2012, que “Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei Municipal n.º 6.487, de 21 de março de 2012, que “Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências”, como segue:

I - Fica alterado o número de cargos da Categoria Funcional abaixo relacionada, constante no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, previsto no artigo 3.º, como segue:

“Denominação da Categoria Funcional	Nº de Cargos	Padrão
Oficial Administrativo	73	13”

II - Fica inserida a Seção XIX - Da convocação para regime suplementar de jornada de trabalho para Médico Veterinário da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, bem como o artigo 46-L, junto ao CAPÍTULO VI - DO QUADRO DE GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS, DO REGIME SUPLEMENTAR DE TRABALHO E DA TABELA DE PAGAMENTO, com a seguinte redação:

“Seção XIX

Da convocação para regime suplementar de jornada de trabalho para Médico Veterinário da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Art. 46-L. O servidor detentor do cargo de provimento efetivo baixo relacionado, com carga horária menor que 40 (quarenta) horas semanais, que atua junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente poderá ser convocado para regime suplementar de jornada de trabalho para totalizar, no máximo, a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, para atender necessidades excepcionais ou na inexistência de concurso público para os respectivos cargos, em conformidade com o previsto nesta Lei, de acordo com o seguinte limite:

Av.Borges de Medeiros, 456 - Fone: (51) 3662-8400 - Santo Antônio da Patrulha - RS - CEP 95500-000

www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”
“CRACK: A PEDRA DA MORTE”



I – Médico Veterinário - 1 (uma) convocação.

§1º A convocação para trabalhar em regime suplementar será concedida por Portaria Municipal, após despacho favorável consubstanciado em pedido fundamentado expedido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no qual fique demonstrada a necessidade da medida.

§2º Pelo trabalho em regime suplementar o servidor perceberá valor correspondente ao vencimento básico da classe em que se encontrar, observadas a proporcionalidade das horas suplementadas.

§3º O regime suplementar não se incorporará ao vencimento e tampouco sofrerá desconto para o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor.

§4º Quando não houver mais necessidade de trabalho em regime suplementar, a convocação será revogada, passando o servidor a cumprir sua jornada normal de trabalho.

§5º O regime suplementar de jornada de trabalho deverá ser por período de até um (01) ano, prorrogando-se, por meio de Portaria, em razão da necessidade justificada pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

§6º O servidor que for convocado para cumprir regime suplementar de jornada de trabalho não poderá ser designados para exercer funções de confiança."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão custeadas por dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 12 de agosto de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Cléia Juçara Airoidi
Secretária da Administração e Finanças



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela QTFG.0AT0.VGRN.17AC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA
PATRULHA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI N.º 10.639, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

Altera dispositivo da Lei Municipal n.º 6.487, de 21 de março de 2012, que “Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei Municipal n.º 6.487, de 21 de março de 2012, que “Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências”, como segue:

I - Fica alterado o número de cargos da Categoria Funcional abaixo relacionada, constante no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, previsto no artigo 3.º, como segue:

Denominação da Categoria Funcional	Nº de Cargos	Padrão
Oficial Administrativo	73	13"

II - Fica inserida a Seção XIX - Da convocação para regime suplementar de jornada de trabalho para Médico Veterinário da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, bem como o artigo 46-L, junto ao CAPÍTULO VI - DO QUADRO DE GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS, DO REGIME SUPLEMENTAR DE TRABALHO E DA TABELA DE PAGAMENTO, com a seguinte redação:

"Seção XIX

Da convocação para regime suplementar de jornada de trabalho para Médico Veterinário da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Art. 46-L.O servidor detentor do cargo de provimento efetivo baixo relacionado, com carga horária menor que 40 (quarenta) horas semanais, que atua junto aSecretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente poderá ser convocado para regime suplementar de jornada de trabalho para totalizar, no máximo, a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, para atender necessidades excepcionais ou na inexistência de concurso público para os respectivos cargos, em conformidade com o previsto nesta Lei, de acordo com o seguinte limite:

I –Médico Veterinário - 1 (uma) convocação.

§1ºA convocação para trabalhar em regime suplementar será concedida por Portaria Municipal, após despacho favorável consubstanciado em pedido fundamentado expedido pelaSecretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no qual fique demonstrada a necessidade da medida.

§2ºPelo trabalho em regime suplementar o servidor perceberá valor correspondente ao vencimento básico da classe em que se encontrar, observadas a proporcionalidade das horas suplementadas.

§3ºO regime suplementar não se incorporará ao vencimento e tampouco sofrerá desconto para o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor.

§4º Quando não houver mais necessidade de trabalho em regime suplementar, a convocação será revogada, passando o servidor a cumprir sua jornada normal de trabalho.

§5º O regime suplementar de jornada de trabalho deverá ser por período de até um (01) ano, prorrogando-se, por meio de Portaria, em razão da necessidade justificada pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

§6º O servidor que for convocado para cumprir regime suplementar de jornada de trabalho não poderá ser designados para exercer funções de confiança."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão custeadas por dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 12 de agosto de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI

Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:

Ana Cristina Salazar

Código Identificador:8A7A13C4

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 13/08/2025. Edição 4139

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>